

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 923/2020

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 16/2020 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
	Altera a <a href="#">Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971</a> , que dispõe sobre a distribuição gratuita de prêmios, mediante sorteio, vale-brinde ou concurso, a título de propaganda, e estabelece normas de proteção à poupança popular.	Altera a <a href="#">Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971</a> , para estabelecer regras acerca da distribuição ^ de prêmios^ mediante sorteio, vale-brinde, concurso ou operação assemelhada, efetuada por concessionária ou permissionária de serviço de radiodifusão ou por organizações da sociedade civil.
	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
		<b>Art. 1º</b> Esta Lei dispõe sobre a distribuição de prêmios mediante sorteio, vale-brinde, concurso ou operação assemelhada, por emissoras de radiodifusão de sons e imagens, bem como por organizações da sociedade civil.
<a href="#">Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971</a>	<b>Art. 1º</b> A <a href="#">Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:	<b>Art. 2º</b> A <a href="#">Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971</a> , passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 1º-A, 1º-B e 13-A:

  Texto alterado
   Texto revogado
   Texto excluído
  ^  Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias- Telefone: 3303-4136  
 (Elaboração: 05/06/2020 13:44)

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 923/2020

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 16/2020 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
<p>Art 1º A distribuição gratuita de prêmios a título de propaganda quando efetuada mediante sorteio, vale-brinde, concurso ou operação assemelhada, dependerá de prévia autorização do Ministério da Fazenda, nos termos desta lei e de seu regulamento.</p> <p>.....</p>	<p>"Art. 1º .....</p> <p>.....</p>	<p>^</p>
	<p>§ 1º-A. Também poderão ser autorizadas as redes nacionais de televisão aberta, assim reconhecidas pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, que prestem serviços de entretenimento ao público por meio de aplicativos, de plataformas digitais ou de meios similares, na forma definida em regulamento, observado o disposto no § 1º.</p>	<p>^</p>
	<p>§ 1º-B. Para fins do disposto no § 1º-A, será considerada rede nacional de televisão aberta o conjunto de estações geradoras e respectivos sistemas de retransmissão de televisão com abrangência nacional que veiculem a mesma programação básica.</p>	<p>^</p>

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias- Telefone: 3303-4136  
(Elaboração: 05/06/2020 13:44)

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 16/2020 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
	<p style="color: red;">§ 1º-C. A autorização de que trata o § 1º-A poderá ser concedida isoladamente às redes nacionais de televisão aberta ou em conjunto com outras pessoas jurídicas do mesmo grupo dessas concessionárias, desde que constituídas sob as leis brasileiras e que estejam sob controle comum.</p> <p>..... " (NR)</p>	<p style="color: red;">^</p>
		<p>“Art. 1º-A Depende de prévia autorização a distribuição gratuita de prêmios mediante sorteio, vale-brinde, concurso ou operação assemelhada, efetuada por concessionária ou permissionária de serviço de radiodifusão.</p>
		<p>§ 1º A autorização referida no caput deste artigo poderá ser concedida isoladamente a concessionária ou permissionária de serviço de radiodifusão ou a pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras, do mesmo grupo dessas concessionárias ou permissionárias de serviço de radiodifusão.</p>
		<p>§ 2º O ato de autorização deverá impor limitação, por Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), de participação em sorteios, vales-brindes, concurso ou operação assemelhada.</p>

  Texto alterado  
   Texto revogado  
 abc Texto excluído  
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 923/2020

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 16/2020 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
		§ 3º A participação do interessado será precedida de cadastro, por meio de aplicativo, de programa de computador ou de outra plataforma digital, que contenha o CPF, e a empresa autorizada deverá assegurar o sigilo das informações prestadas, vedado o cadastro de menores de 18 (dezoito) anos.
		§ 4º O cadastro previsto no § 3º deste artigo poderá ser realizado também por telefone.
		§ 5º São vedadas:
		I - a realização de operações que configurem jogo de azar ou bingo;
		II - a distribuição ou conversão dos prêmios em dinheiro.
		§ 6º Não depende da autorização prevista no caput deste artigo a distribuição gratuita de prêmios realizada durante a programação normal das permissionárias ou concessionárias de serviço de radiodifusão até o valor-limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ao mês, a ser atualizado anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), observado o disposto nesta Lei e na regulamentação do Ministério da Economia.”

  Texto alterado  
   Texto revogado  
 abc Texto excluído  
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias- Telefone: 3303-4136  
 (Elaboração: 05/06/2020 13:44)

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 923/2020

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 16/2020 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
		“Art. 1º-B Além das exigências previstas no art. 1º-A desta Lei, as concessionárias ou permissionárias de serviço de radiodifusão deverão estar devidamente licenciadas para execução do serviço, ou autorizadas a funcionar em caráter provisório ou em caráter precário.
		§ 1º Em qualquer caso, a regularização do pagamento do preço público da outorga do serviço de radiodifusão, quando este for devido em decorrência de processo de licitação, poderá ser feita mediante parcelamento mensal pelo tempo previsto na concessão ou permissão, por solicitação do requerente, o que não inviabilizará o licenciamento da estação ou o funcionamento em caráter provisório ou precário.
		§ 2º Salvo quando o edital de licitação do serviço de radiodifusão comercial previr correção monetária do valor ofertado pela outorga, o pagamento do preço público será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) a partir da aprovação da outorga pelo Congresso Nacional.”

  Texto alterado  
   Texto revogado  
 abc Texto excluído  
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias- Telefone: 3303-4136  
 (Elaboração: 05/06/2020 13:44)

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 923/2020

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 16/2020 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
		“Art. 13-A. A realização de operações previstas no art. 1º-A desta Lei sem prévia autorização ou daquelas que, ainda que autorizadas, não cumpram o plano de distribuição de prêmios ou desvirtuem a finalidade da operação, sujeita os infratores às seguintes sanções, aplicáveis separada ou cumulativamente:
		I - cassação da autorização;
		II - proibição de realizar as operações durante o prazo de até 3 (três) anos;
		III - multa de até 100% (cem por cento) da soma dos valores dos bens prometidos como prêmios.”
<a href="#">Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971</a>		<b>Art. 3º</b> Os arts. 1º, 2º e 4º da <a href="#">Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971</a> , passam a vigorar com as seguintes alterações:
Art 1º A distribuição gratuita de prêmios a título de propaganda quando efetuada mediante sorteio, vale-brinde, concurso ou operação assemelhada, dependerá de prévia autorização do Ministério da Fazenda, nos termos desta lei e de seu regulamento.		“Art. 1º ..... .....

  Texto alterado  
   Texto revogado  
 abc Texto excluído  
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 923/2020

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 16/2020 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
§ 4º Obedecerão aos resultados da extração da Loteria Federal, os sorteios previstos neste artigo.		§ 4º Os sorteios previstos neste artigo obedecerão aos resultados da extração das Loterias Federais. .....
Art 2º Além da empresa autorizada, nenhuma outra pessoa natural ou jurídica poderá participar do resultado financeiro da promoção publicitária de que trata o artigo anterior, ainda que a título de recebimento de royalties , aluguéis de marcas, de nomes ou assemelhados.		“Art. 2º Além da empresa autorizada, nenhuma outra pessoa natural ou jurídica poderá participar do resultado financeiro das operações de que tratam os arts. 1º e 1º-A deste artigo <sup>^</sup> , ainda que a título de recebimento de royalties, de aluguéis de marcas, de nomes ou assemelhados.”(NR)

  Texto alterado  
   Texto revogado  
 abc Texto excluído  
 <sup>^</sup> Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 923/2020

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 16/2020 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
Art. 4º Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá distribuir ou prometer distribuir prêmios mediante sorteios, vale-brinde, concursos ou operações assemelhadas, <b>fora dos casos e condições previstos nesta lei, exceto quando tais operações tiverem origem em sorteios organizados por instituições declaradas de utilidade pública em virtude de lei e que se dediquem exclusivamente a atividades filantrópicas</b> , com fim de obter recursos adicionais necessários à manutenção ou custeio de obra social a que se dedicam.		“Art. 4º A distribuição de prêmios mediante sorteio, vale-brinde, concurso ou operação assemelhada <sup>^</sup> realizada por organizações da sociedade civil, com o intuito de arrecadar recursos adicionais destinados à sua manutenção ou custeio, depende de prévia autorização.
§ 1º Compete ao Ministério da Fazenda promover a regulamentação, a fiscalização e controle, das autorizações dadas <b>em caráter excepcional</b> nos termos deste artigo, que ficarão <b>basicamente</b> sujeitas às seguintes exigências:		§ 1º Compete ao Ministério da <b>Economia</b> promover a regulamentação, a fiscalização e o controle <sup>^</sup> das autorizações dadas <sup>^</sup> nos termos deste artigo, que ficarão <sup>^</sup> sujeitas às seguintes exigências:
a) comprovação de que a requerente satisfaz as condições especificadas nesta lei, no que couber, inclusive quanto à perfeita regularidade de sua situação como pessoa jurídica de direito civil;		a) comprovação de que a requerente satisfaz as condições especificadas nesta <b>Lei e de que se enquadra nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014;</b> .....

  Texto alterado  
   Texto revogado  
 abc Texto excluído  
 <sup>^</sup> Indicador de exclusão de termo ou dispositivo



LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 16/2020 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
d) realização de um único sorteio por ano, exclusivamente com base nos resultados das extrações da Loteria Federal somente admitida uma única transferência de data, por autorização do Ministério da Fazenda e por motivo de força maior.		d) embasamento nos resultados da extração das Loterias Federais, admitidos outros meios caso o sorteio se processe exclusivamente em programas públicos nos auditórios das estações de rádio ou de televisão.
		§ 1º-A Para realizar as operações de que trata esta Lei, as organizações da sociedade civil devem apresentar, entre seus objetivos sociais, pelo menos uma das seguintes finalidades:
		I - promoção da assistência social;
		II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
		III - promoção da educação;
		IV - promoção da saúde;
		V - promoção da segurança alimentar e nutricional;
		VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
		VII - promoção do voluntariado;

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 923/2020

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 16/2020 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
		VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
		IX - experimentação não lucrativa de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
		X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
		XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
		XII – organizações religiosas que se dediquem a atividades de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos;
		XIII – estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos relacionados às atividades mencionadas neste artigo.
		§ 1º-B São vedadas:

  Texto alterado  
   Texto revogado  
 abc Texto excluído  
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias- Telefone: 3303-4136  
 (Elaboração: 05/06/2020 13:44)

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 923/2020

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 16/2020 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
		I - a participação de entidades beneficiadas na forma deste artigo em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas;
		II - a distribuição ou conversão dos prêmios em dinheiro.
<p>§ 2º Sempre que for comprovado o desvirtuamento da aplicação dos recursos oriundos dos sorteios <b>excepcionalmente</b> autorizados neste artigo, bem como o descumprimento das normas baixadas para sua execução, <b>será cassada a declaração de utilidade pública da infratora</b>, sem prejuízo das penalidades do art. 13 desta lei.</p>		<p>§ 2º Sempre que for comprovado o desvirtuamento da aplicação dos recursos oriundos dos sorteios <sup>^</sup> autorizados <b>nos termos deste artigo ou</b> o descumprimento do plano de distribuição de prêmios, <sup>^</sup> <b>serão aplicadas as penalidades previstas no</b> art. 13 desta <b>Lei</b>.</p> <p>.....</p>
		§ 4º Caberá à regulamentação tratar da limitação do número de sorteios e da aplicação de taxa de fiscalização das operações promovidas por organizações da sociedade civil.

  Texto alterado  
   Texto revogado  
 abc Texto excluído  
 <sup>^</sup> Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 923/2020

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 16/2020 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
		§ 5º Não depende da autorização prevista no caput deste artigo a distribuição gratuita de prêmios até o valor-limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ao mês, a ser atualizado anualmente pela variação do INPC, observado o disposto nesta Lei e na regulamentação do Ministério da Economia.” (NR)
		Art. 4º Ficam convalidadas as autorizações concedidas à concessionária ou permissionária de serviço de radiodifusão a partir de 2 de março de 2020 até a publicação desta Lei.
<a href="#">Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014</a>		Art. 5º Fica revogado o inciso III do caput do art. 84-B da <a href="#">Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014</a> .
Art. 84-B. As organizações da sociedade civil farão jus aos seguintes benefícios, independentemente de certificação:		
III - distribuir ou prometer distribuir prêmios, mediante sorteios, vale-brindes, concursos ou operações assemelhadas, com o intuito de arrecadar recursos adicionais destinados à sua manutenção ou custeio.		
	Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.	Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias- Telefone: 3303-4136  
(Elaboração: 05/06/2020 13:44)